

Declaração Política proferida por Berto Messias – Presidente do Grupo Parlamentar do PS/Açores

Situação Política Nacional

O país vive um dos momentos mais críticos da sua história recente.

Uma crise económica e financeira europeia sem precedentes e que nem os mais reputados especialistas conseguiram prever em toda a sua dimensão, evoluiu, como é normal, para uma crise social agravada.

Paralelamente, Portugal, integrado na Zona Euro, sentiu necessidade de equilibrar as suas contas públicas, depois de ter apostado no investimento público como forma de ultrapassar a conjuntura desfavorável em que se encontrava.

A bem da verdade, a situação actual de Portugal não surgiu de um dia para o outro. Resulta, sim, de problemas estruturais de décadas que os sucessivos governos não conseguiram ou não tiveram a coragem de resolver.

Toda a situação actual é agravada por regras de mercados sem rosto e agências de rating, que trabalham sem qualquer racionalidade, e contra as quais os governos nacionais e as instâncias europeias sentem-se totalmente impotentes para assumir uma posição ou ditar regras de regulação.

Perante a sucessão vertiginosa de acontecimentos e a evidência dos desequilíbrios das contas públicas, o Governo português fez o que devia. Comprometeu-se com Bruxelas a implementar uma série de medidas, austeras é certo, mas que permitiram evitar que o país necessitasse de ajuda externa.

É preciso dizê-lo com clareza: devido à conjuntura e ao momento actual, qualquer governo, fosse de que partido fosse, seria obrigado a adoptar medidas semelhantes.

Dizer o contrário é um exercício esotérico, político e intelectualmente desonesto.

Até 23 de Março, Portugal tinha o destino nas suas mãos e o Governo da República, com dificuldades e alguns erros que não escamoteamos nem escondemos, tinha delineado uma estratégia para reduzir o défice das contas públicas para a necessária meta dos três por cento.

Sr. Presidente

Sras. e Srs. Deputados

Sr. Presidente do Governo

Sras. e Srs. Membros do Governo

23 de Março de 2011. Esta data ficará para a história como o dia em que a oposição trocou Portugal pelos seus interesses partidários.

A todos os apelos ao diálogo e à negociação, o PSD de Passos Coelho respondeu com uma ânsia cega de derrubar um Governo que estava a dar tudo por tudo para defender o país de uma intervenção gravosa do exterior.

Por si, este comportamento político já seria mau de mais, mas ficou pior. Vários dirigentes nacionais do PSD, imbuídos de uma impreparação atroz, até afirmaram que o derrube do Governo de José Sócrates permitiria baixar os juros e que esta “vitória na secretaria” acalmaria os mercados.

Um tiro totalmente ao lado.

Além de não ter acalmado mercado nenhum, levou a descidas vertiginosas dos ratings da República, de empresas públicas e de bancos portugueses e precipitou um pedido de resgate, inicialmente avaliado em 80 mil milhões de euros.

Aliás, é mais grave do que isso. Não se trata apenas de impreparação, mas também de má-fé política, pois todos sabiam os efeitos que a entrada da ajuda externa teve na Grécia e na Irlanda onde não se verificou nada do que é agora apregoado pelo PSD.

A total impreparação do PSD de Passos Coelho é confrangedora e, acima de tudo, de uma ironia suprema.

O chamado PEC IV, que toda a oposição rejeitou em bloco por ser duro de mais para os portugueses, vai ser agora, por culpa exclusiva desta oposição, o ponto de partida para um pacote de austeridade muito mais duro, com consequências muito mais nefastas para as empresas e famílias portuguesas.

À esquerda do PS, temos, assim, dois partidos que são o cúmulo da inutilidade política. Incapazes de dialogar com quem quer que seja, acham que o mundo está em 1917.

Fechados sobre si mesmos, armam-se em paladinos e defensores de ideologias que milhões de cidadãos rejeitaram, muitas vezes com sangue derramado, em todo o mundo.

É a esquerda do contra. Tudo está mal, nada presta, nada é adequado.

Nem nos momentos em que se exige um compromisso nacional, a bem de Portugal, são incapazes de evoluir de um radicalismo serôdio e ultrapassar dogmas estagnados no tempo, na forma e, acima de tudo, no conteúdo.

Reconhecemos ao PCP grande coerência ideológica e reconhecemos que o BE foi um partido importante na afirmação de temas fracturantes na sociedade portuguesa que consideramos importantes e que apoiámos. Mas é muito claro também que, desta esquerda, não se pode esperar responsabilidade e sentido de estado nos momentos mais difíceis.

À direita do PS, temos outro tipo de oposição, mais moderna, mais sofisticada, mas igualmente egoísta e irresponsável.

De um lado um CDS que espera, qual abutre político, para ver até que ponto o PSD precisa da sua ajuda e dos seus votos. É um partido que espera para ver o que lhe cai no colo.

À direita também o PSD.

Para o bem e para o mal, o PSD não é igual à restante oposição. É um grande partido da democracia portuguesa e que tem especiais responsabilidades, tanto ao nível da oposição, como de governação do país.

Diria até que Portugal precisa do melhor que tem o PSD.

Mas este PSD só conseguiu oferecer o que tem de pior.

Portugal não precisa de um PSD que troca o país pelos interesses partidários e pela ânsia de chegar ao poder. Portugal não precisa de quem vende a auto-estima nacional pelo poder. Portugal não precisa de quem valoriza mais as sondagens do que a vida dos seus cidadãos.

Este PSD é oportunista.

Ao mesmo tempo que José Sócrates apelava ao diálogo e dava o melhor do seu esforço para um acordo histórico na Europa, Passos Coelho fazia contas às sondagens do PSD e derrubava o Governo democraticamente eleito há apenas 1 ano e meio.

Nem os raspanetes que ouviu da senhora Merkel, da sua própria família política europeia, o demoveram de trocar Portugal pela esperança de chegar ao poder.

A ambição, quando mal direccionada, pode ser um veneno que mata devagar.

E não nos digam que foram surpreendidos pelo PEC IV. O PSD sabia, aquando do acordo estabelecido no Orçamento de Estado para 2011, que o PEC de então poderia ser alvo de actualizações.

Sr. Presidente

Sras. e Srs. Deputados

Aquilo que se conhece deste PSD de Pedro Passos Coelho é uma sucessão de contradições e incongruências e um projecto político que abala os mais básicos pilares do Estado Social que devemos defender sem reservas.

Às segundas, quartas e sextas diz-se contra o aumento de impostos, mas às terças, quintas e sábados defende, acerrimamente, o aumento do IVA.

Uma semana, chumba o PEC porque diz que os portugueses não aguentam mais sacrifícios, apanha o avião e, no estrangeiro, já se defende da irresponsabilidade de ter derrubado o governo com o argumento que, afinal, o PEC não era tão duro como ele gostava que fosse.

De manhã, quer privatizar a Caixa Geral de Depósitos, instituição garante da estabilidade do sistema bancário nacional, à tarde já diz que, bem-feitas as contas, quer privatizar mas só um bocadinho.

Quer privatizar a saúde e a educação numa altura em que os portugueses mais precisam destes serviços públicos tendencialmente gratuitos e nem a RTP escaparia à fúria privatizadora do novo guru do neoliberalismo português.

Por falar em RTP, deixo aqui um repto: que Berta Cabral se entenda com Passos Coelho. Eu sei que é difícil, mas que façam este esforço.

É porque, ao mesmo tempo que Passos Coelho anunciava que queria a privatização da RTP e RDP, o Grupo Parlamentar do PSD/Açores apresentava uma resolução nesta casa a dizer que devia ser o Estado a continuar a suportar a RTP/Açores. Em que ficamos?

Sr. Presidente

Sras. e Srs. Deputados

Sr. Presidente do Governo

Sras. e Srs. Membros do Governo

A 05 de Junho Portugal vai a eleições na altura em que menos precisava de uma crise política.

As eleições são um acto sério, de clarificação.

Os partidos têm o dever e a obrigação de dizer quais as suas propostas e quais as suas alternativas para ultrapassar o momento difícil actual.

Devem dizê-lo de forma muito clara, sem subterfúgios ou disfarces.

Com o PS no governo da República, os açorianos já sabiam quais as medidas que iam ser tomadas.

As suas vidas estavam mais difíceis, mas tinham sido apresentadas medidas objectivas e concretas. A nível regional, os Açores perderiam cerca de 20 milhões de euros com o PEC IV.

Era o que estava previsto.

De forma clara e transparente.

O PSD decidiu baralhar o país e abrir a porta ao FMI e a toda a incerteza que, a 23 de Março de 2011, invadiu cada uma das casas do nosso país e da nossa região.

O PSD de Passos Coelho é, assim, responsável por toda a angústia que atingiu as famílias e vai ser responsabilizado por todo o aumento de austeridade que o FMI vai aplicar, apanhando um país fragilizado por uma crise política que poderia ser evitada.

Os portugueses têm de saber que o comportamento irresponsável do PSD vai gerar mais austeridade.

Os portugueses têm de saber que o comportamento negligente do PSD vai levar a mais recessão e mais desemprego.

Os portugueses têm de saber que o comportamento desleixado do PSD vai resultar em menos protecção social.

Os portugueses têm de saber que este comportamento egoísta tem um rosto: Pedro Passos Coelho.

Sr. Presidente

Sras. e Srs. Deputados

Esta negligência sem precedentes em Portugal vai se reflectir, necessariamente, nos Açores. Em bom rigor, ainda não sabemos de que forma e em que dimensão, mas será inevitável tendo em conta os referenciais que temos hoje do que aconteceu na Irlanda e na Grécia.

E sobre esta matéria continuamos a aguardar respostas às perguntas que temos colocado ao PSD/Açores mas das quais nunca tivemos resposta.

Voltamos a dar a oportunidade ao maior partido da oposição nos Açores e ao seu líder parlamentar para que nos esclareça.

Caso seja Governo, o que se espera do PSD relativamente aos Açores?

Em que medida o PSD/Açores se compromete sobre as transferências para a Região?

O que tem o PSD/Açores a dizer do manual de governação de Pedro Passos Coelho que quer privatizar serviços públicos, acabar com a progressividade de alguns impostos, liberalizar os despedimentos, acabar com serviços públicos como a saúde e como a educação ou privatizar a RTP?

Com o PS no Governo da República, todos sabiam, de forma clara e transparente, com o que podíamos contar.

Da parte do PSD/Açores, ficaremos mais uma vez sem resposta, num silêncio ensurdecador de um partido nos Açores sem a dimensão necessária para se afirmar perante o PSD nacional e, portanto, sem dar qualquer garantia sobre a defesa dos Açores perante uma situação mais difícil que eles próprios criaram.

A verdade é que o PSD/Açores começa a ficar enrascado porque já percebeu que será vítima de si próprio. Na ânsia de chegar ao poder agravará a situação dos portugueses e, conseqüentemente, dos açorianos.

Mas sabemos uma coisa: que os açorianos vão poder contar, mais uma vez, com o seu governo para minimizar as dificuldades que vão chegar de Lisboa.

Não há um único açoriano que duvide disso. As provas são muito claras e muitas delas foram debatidas e aprovadas nesta casa, com o PSD orgulhosamente só a votar contra.

Sr. Presidente

Sras. e Srs. Deputados

Devido à irresponsabilidade do PSD e de toda a oposição na Assembleia da República, os tempos serão difíceis.

Apesar disso, deixamos aqui, solenemente, uma garantia:

Os açorianos podem continuar a confiar no PS Açores, independentemente do que aconteça nas eleições de dia 5 de Junho.

Faremos tudo, do primeiro ao último minuto, para que os açorianos sofram o menos possível os tempos que aí vêm.

Independentemente de quem ganhar as eleições, estaremos sempre na linha da frente da defesa dos Açores e dos Açorianos.

Continuaremos determinados e empenhados em defender os mais desfavorecidos, em apoiar os desempregados, em defender as famílias e as empresas açorianas e em continuar a amenizar os impactos desta crise agora agravada.

Dizendo sempre a verdade, de forma lúcida e responsável.

Com humildade, reconhecendo os erros e corrigindo-os quando existam.

Sendo o verdadeiro partido que faz eco das preocupações dos açorianos e que lhes dá consequência através das medidas de protecção social que temos desenvolvido.

Ao pescador de São Mateus, à dona de casa de Ponta Delgada, ao agricultor da Graciosa, ao jovem das Flores, ao desempregado do Pico ou ao idoso de Santa Maria deixamos o compromisso de estarmos sempre ao seu lado.

Nenhum de nós é mais forte que todos nós. É nos momentos mais difíceis que vem ao de cima o melhor de cada açoriano, a têmpera de que somos feitos. Cada dificuldade torna-nos mais fortes.

Porque, para que não existam dúvidas, independentemente de quem ou de que partido ocupa os órgãos de soberania na República, ninguém, nesta Região, duvida de que

O PS AÇORES É VERDADEIRAMENTE DOS AÇORES

E QUE O PS/AÇORES É MUITO MAIS AÇORES DO QUE PS

Disse

Horta, Sala das Sessões, 12 de Abril de 2011